

- k) Certidão Negativa da Justiça Federal, Justiça Militar e SSP/PA;
- l) Prova de não haver sofrido, no exercício da Advocacia ou de função pública, penalidade por prática de comprovados atos desabonadores;
- m) Declaração emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil de que não há qualquer impedimento para o exercício da profissão de advogado;
- n) Declaração de bens que possui com firma reconhecida em cartório;
- o) Carteira de Trabalho e Previdência Social, facultada a apresentação até 30 (trinta) dias da posse;
- p) Declaração de encargos de família para Imposto de Renda;
- q) Certidão de nascimento de filhos;
- r) Declaração negativa de acumulação de cargo público;
- s) Gozar de boa saúde física e mental atestada em exame realizado por clínica especializada indicada pelo BANPARÁ.

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1- O Concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do BANPARÁ.
- 2- Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado do Pará e no site www.banparanet.com.br.
- 3- Serão publicados no Diário Oficial do Estado e no site www.banparanet.com.br os nomes dos candidatos que lograrem classificação e aprovação no Concurso.
- 4- Não será fornecido ao candidato, pelo BANPARÁ, qualquer documento comprobatório de aprovação no Concurso, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial do Estado do Pará.
- 5- A abertura de vagas obedecerá às necessidades administrativas do BANPARÁ, não havendo vinculação entre a vacância original e a nomeação de candidato.
- 6- O candidato aprovado deverá ter disponibilidade para efetuar **viagem a serviço** do BANPARÁ.
- 7- A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. O BANPARÁ reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e as necessidades do serviço e até o número de vagas que vierem a surgir, obedecida rigorosamente a ordem de classificação obtida no certame.
- 8- A qualquer tempo, a inscrição e a prova poderão ser anuladas e tornadas sem efeito a nomeação de candidato desde que verificadas falsidades ou inexatidões de declarações ou irregularidades na inscrição, nas provas ou nos documentos.
- 9- Será também eliminado do Concurso aquele que, quando convocado, deixar de comparecer no prazo que vier a ser fixado pelo BANPARÁ. Do mesmo modo, será eliminado do Concurso o candidato que, embora atenda à convocação, deixar de apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do atendimento à convocação, todos os documentos listados no **item XI - DA ADMISSÃO**, subitem 3.
- 10- O candidato convocado poderá solicitar adiamento de sua nomeação, entretanto assumirá o último lugar da relação de aprovados.
- 11- A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais ele não poderá alegar desconhecimento.
- 12- Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.
- 13- Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos. Não será permitida, também, a entrada de candidatos portando armas e/ou a utilização de aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, agenda eletrônica, palmtop, notebook, etc.); bem como óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro, etc...
- 14- Todos os candidatos aprovados e que forem admitidos, ficarão sujeitos às normas regulamentares internas do BANPARÁ.
- 15- O candidato assume integral responsabilidade por todos os documentos apresentados e declarações prestadas, ficando

ciente de que sua inscrição poderá ser anulada e, a qualquer tempo, anulados todos os atos dela decorrentes, no caso de ficar provado serem aqueles falsos ou inexatos.

- 16- O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o BANPARÁ enquanto estiver participando do concurso público. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
- 17- Diante de motivo justificado, a Comissão de Concurso poderá alterar as datas das provas comunicando aos candidatos através do Diário Oficial do Estado do Pará.
- 18- Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso nomeada pelo BANPARÁ.
- 19- O presente Edital estará disponível no Site do BANPARÁ, no seguinte endereço: www.banparanet.com.br.
- 20- Serão aplicáveis às provas deste Concurso Público as legislações publicadas até a data da publicação do Edital.
- 21- A Comissão do Concurso terá a seguinte composição:
Presidente: Dr^a ODETE DE ALMEIDA ALVES - Juíza Togada - TRT 8ª Região
Membros: Dr^a. EVANILDE GOMES FRANCO - Professora
Dr. JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO - Procurador do Estado do Pará
Dr^a. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Juíza Togada - TRT 8ª Região
EDÍLSON RODRIGUES DE SOUSA - Presidente

ANEXO I

1- DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição. Conceito. Classificação. Aplicabilidade das Normas Constitucionais.
 2. Poder Constituinte. Titularidade. Espécies.
 3. Direitos e garantias fundamentais. Tutela constitucional das liberdades. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção. Direito de Petição. Ação Popular. Ação Civil Pública.
 4. Direitos Sociais. Conceito. Rol dos direitos sociais. Liberdade de associação profissional ou sindical. Direito de greve.
 5. Direitos Políticos. Privação dos direitos políticos. Suspensão. Partidos políticos.
 6. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Do estado de defesa. Do estado de sitio. Forças armadas. Segurança Pública
 7. Organização político - administrativa. Estados-Membros. Autonomia estadual. Regiões metropolitanas. Aglomerações urbanas e microrregiões. Municípios. Responsabilidade criminal e política do prefeito municipal. Repartição de competências. Repartição em matéria administrativa. Repartição de matéria legislativa. Intervenção. Intervenção federal. Intervenção Estadual em municípios.
 8. Administração Pública. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Preceitos de observância obrigatória à Administração Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Teto salarial. Concurso Público. Cumulação de vencimentos. Licitação. Improbidade Administrativa. Aposentadoria de Servidor Público Civil. Estabilidade.
 9. Organização dos poderes e do Ministério Público. Separação das funções estatais. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública.
 10. Processo Legislativo. Espécies normativas. Lei Complementar. Medidas Provisórias. Leis Orçamentárias.
 11. Controle de Constitucionalidade. Espécies. Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Súmula Vinculante.
 12. Ordem Econômica e Financeira. Princípios Gerais da Atividade Econômica. Do Sistema Financeiro/ Nacional.
 13. Seguridade Social. Parte Geral. Saúde. Previdência e Assistência Social.
- ### 2- DIREITO ADMINISTRATIVO
1. Atos administrativos.
 2. Organização administrativa brasileira. Administração direta e indireta.
 3. Poderes administrativos. Vinculado. Discricionário. Regulamentar. Hierárquico. Disciplinar. De Polícia.
 4. Contratos Administrativos.

5. Licitação. Princípios. Dispensa e Inexigibilidade. Modalidades. Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.
6. Domínio Público. Bens Públicos. Espécies. Características. Afetação e Desafetação. Imprescritibilidade e Inalienabilidade.
7. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação. Tipos Constitucionais. Procedimento expropriatório.
8. Serviços Públicos. Delegação. Concessão e Permissão. Parcerias Público-Privadas.
9. Agência Reguladora. Agência Executiva. Organização Social. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
10. Processo Administrativo. Princípios. Lei n.º 9.784/99.
11. Controle da Administração Pública. Administrativo. Legislativo. Judiciário. Controle Interno. Controle Externo.
12. Responsabilidade Objetiva do Estado. Fundamentos. Teorias. Ação regressiva.
13. Servidores públicos. Regimes jurídicos. Princípios e regime constitucionais. Responsabilidade. Servidores da Administração direta e indireta.

3- DIREITO CIVIL

1. Da Lei. Vigência, hierarquia, aplicação, integração e interpretação. Revogação, derrogação e ab-rogação. Eficácia espacial e temporal: retroatividade e irretroatividade da lei.
2. A Lei de Introdução ao Código Civil. Direito adquirido.
3. Das pessoas. Pessoas naturais e pessoas jurídicas. Entes não personificados. Personalidade e capacidade jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio e residência.
4. Dos fatos jurídicos. Negócio jurídico e atos jurídicos lícitos e ilícitos. Pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidade. Teoria das nulidades. Boa-fé.
5. Dos bens. Classificação, Bem de família. Dos bens públicos.
6. Do ato ilícito e sua reparação. Da responsabilidade civil. Dano material e moral e sua reparação. Abuso de direito. Legítima defesa, exercício regular de direito e estado de necessidade.
7. Prescrição e decadência. Princípios gerais. Distingções. Prazos. Interrupção e suspensão da prescrição. Renúncia. Ação regressiva. Decretação *ex officio*.
8. Do direito das obrigações: modalidades, transmissão, adimplemento e extinção. Cessão de créditos. Obrigações líquidas e ilíquidas. Cláusula penal. Da mora. Da inexecução das obrigações Pagamento e quitação. Lugar e tempo. Perdas e danos. Juros legais e convencionais.
9. Dos Contratos. Disposições Gerais. Conceito e função. A liberdade de contratar. O contrato dirigido e o contrato de adesão. O princípio da obrigatoriedade dos contratos. Extinção dos contratos. Causas: o distrato, resolução, resilição e rescisão unilateral e bilateral. Inexecução voluntária. A força maior. Contratos típicos: compra e venda, troca, doação, locação de coisas, empréstimo, prestação de serviços, comodato, mútuo, depósito, seguro, fiança mandato, arrendamento mercantil (*leasing*) e alienação fiduciária em garantia.
10. Dos atos unilaterais. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.

11. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese.

4- DIREITO COMERCIAL

1. Empresário: caracterização, registro e capacidade.
2. Da empresa: unificação parcial das obrigações privadas. Da sociedade: disposições gerais, espécies. Direitos, obrigações e responsabilidades das sociedades e dos sócios. Tipos societários. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão. Do estabelecimento comercial. Do nome comercial. Da escrituração. Da representação jurídica da empresa. Das microempresas e das empresas de pequeno porte.
3. Sociedade limitada: caracterização, quotas, administração, conselho fiscal, deliberação dos sócios, aumento e redução do capital social, resolução da sociedade em relação aos sócios minoritários e dissolução.
4. Sociedade Anônima: conceito, características e espécies. Capital social. Títulos mobiliários emitidos pela S/A Acionistas: direitos e obrigações. Acionista controlador. Órgãos sociais. Administradores: deveres e responsabilidades. Dissolução, liquidação e extinção. Grupos de sociedades. Sociedades